



INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL DE

ARACARIGUAMA - IMSS

ESTADO DE SÃO PAULO

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS MÊS OUTUBRO/2020

Data: 12/11/2020

Participantes: Hélio Barbosa Junior, Benedito Américo de Oliveira, Fernanda dos Santos Oliveira, Rosana Jovalente de Melo Moura e Rosangela Aparecida Andrade.

Convidados: Assessora Jurídica do IMSS Silvia Regina Rodrigues dos Santos.

Às quatorze horas do décimo segundo dia do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, atendendo a convocação formalizada via telefone e e-mail, reuniram-se ordinariamente os membros do Comitê abaixo assinado. O Presidente deu andamento a reunião fazendo a leitura da Ata da reunião anterior e após passou a palavra para o Gestor que apresentou o relatório analítico dos investimentos em anexo. 1) **Análise da carteira de investimentos:** Foi analisada a carteira de investimentos do IMSS buscando atingir a meta atuarial que para esse exercício é 5,87 + IPCA, e com base no relatório da Consultoria de Investimentos Credito & Mercado vamos estudar realocações e diversificações mais rentáveis para bater a meta. Seguindo as recomendações da consultoria em seu Panorama Econômico de Setembro/2020 a seguir: Finalizando o mês de setembro pautados mais uma vez sobre os efeitos do corona-vírus na economia, os principais assuntos giram em torno dos Estados Unidos com as eleições presidenciais se aproximando, o pacote de medidas fiscais para auxiliar a população, denominado Renda Cidadã, trazendo a pauta da origem dos recursos que serão utilizados e como a Europa relatando alguns novos casos de corona-vírus. A maior fonte de preocupação continua sendo nas Américas do Sul, Central e do Norte, onde o contágio e o número de óbitos seguem na direção ascendente. No Brasil, a curva parece ter se estabilizado, começando a mostrar um fechamento da curva, indicando uma melhora no cenário, porem ainda longe do ideal, com a morte diária causada pelo vírus em um patamar ainda preocupante. A economia doméstica continua ainda muito fraca, com a demanda agregada reduzida e um nível de ociosidade elevado. Contudo, embora repletos de incertezas por todos os lados, os dados recentes de atividade e demanda começam a se consolidar e parece que a situação parou de piorar. Nada que nos afaste de um cenário ruim, contudo nos parece que já há luz no final do túnel, a depender da evolução do contágio. O cenário provável indica que a economia brasileira recuará na casa dos 6%, e a taxa de desemprego progredirá mais alguns pontos, dado que o final do programa de manutenção do emprego e renda está próximo e forçará pequenos e médios empresários a rever seus negócios, colocando assim mais pessoas na fila do desemprego. A boa notícia, caso retomemos aos rumos pré-pandemia, é que a reação que se prevê na atividade econômica iniciar já em meados do terceiro trimestre, avance e se consolide em 2021. Nessa hipótese, o mercado de trabalho reagirá à frente. Do lado fiscal, os efeitos da pandemia são devastadores. A disciplina fiscal foi abortada, e as previsões são de que o déficit primário atinja um número próximo dos R\$ 871 bilhões em 2020, até certo ponto compreensível diante da situação. Entretanto, a sociedade (leia-se "instituições") terá que trabalhar duro para que possamos retornar à situação de equilíbrio fiscal, notadamente nas questões que envolvem as reformas que deverão tramitar no Congresso, com destaque para as reformas tributária e administrativa. Caso contrário, estaremos sujeitos a dificuldades em nos financiar com eventual aumento dos prêmios solicitados pelos investidores para rolar a dívida mobiliária. No momento temos a vantagem das taxas de juros se situarem em patamares baixos, mas em um ambiente onde há risco de solvência, a situação passa a ser totalmente adversa. Diante desse cenário, mantemos nossa recomendação de acompanhamento diário dos mercados e estratégias. Somente movimentar os recursos necessários para fazer frente às despesas correntes, e que sejam resgatados dos investimentos menos voláteis (CDI, IRF-M1, IDkA IPCA 2A). Para o IMA-B que é formado por títulos públicos indexados à inflação medida pelo IPCA (Índice Nacional de